

Termo de Referência 5/2023

Informações Básicas

Número do TR	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2023	170533-ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SP	URSULA MOREIRA DE CARVALHO	13/09/2023 11:47 (v 1.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda;		10831.720284/2023-20

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA COMPRA

1.1. Aquisição de filtros de linha (protetores eletrônicos) para computadores, monitores e eletrodomésticos em geral, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Filtro de linha (protetor eletrônico) para computadores, monitores e eletrodomésticos em geral, com as seguintes características: 1) Tensão de Alimentação: Bivolt 110/220V; 2) Corrente Máxima: 10A; 3) Potência Máxima: 1.100/2.200W; 4) Quantidade de Tomadas: 5 (cinco); 5) Tipo de Tomada: Tomadas com 3 pinos tipo fêmea com aterramento, em conformidade com o padrão NBR 14136; 6) Frequência: 50/60 HZ; 7) Conexão de entrada: Plugue em conformidade com o padrão NBR 14136; 8) Comprimento do cabo de força: aproximadamente de 1,5m a 2m; 9) Cor: preto ou branco ou cinza; 10) Características Adicionais: Interruptor liga/desliga.	317133	unidade	40

1.2. Os bens objeto desta compra são caracterizados como comuns.

1.3. A especificação do bem prevista neste Termo de Referência prevalece sobre a descrição do CATMAT 317133, por apresentar maior detalhamento.

1.3.1. Poderá ser adquirido bem que possua uma ou mais especificações com configuração superior àquelas descritas neste Termo de Referência.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. O prazo de vigência desta compra tem como termo inicial a data de emissão da respectiva Nota de Empenho e como termo final a data de 31 de dezembro de 2023, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA COMPRA

2.1. A presente compra ampara-se na necessidade de proteger aparelhos elétricos e eletrônicos ligados em redes de energia, evitando que sejam danificados no caso de passagem de altas correntes ou mesmo de curto-circuito na rede elétrica, por meio da utilização de filtros de linha.

2.2. O desgaste provocado pelo tempo de uso deste tipo de bem torna necessária a sua substituição, para garantir a constante proteção dos aparelhos elétricos e eletrônicos.

2.3. O objeto desta compra está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

2.4. Por se tratar de compra de pequeno vulto, isto é, de reduzido valor econômico, a fundamentação legal desta aquisição encontra-se no art. 75, inc. II, da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e na Instrução Normativa SEGES /ME nº 67, de 8 de julho de 2021.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução para atender à necessidade de proteção de aparelhos elétricos e eletroeletrônicos de danos decorrentes de altas correntes de energia elétrica é o uso de filtros de linha (protetores eletrônicos).

3.2. No caso de compras de produtos as etapas do ciclo de vida do objeto envolvem basicamente a seleção do tipo de produto, seu uso, e quando este tornar-se impróprio para a utilização, seu descarte. Estima-se uma vida útil em torno de 3 anos para os filtros de linha, os quais, compostos quase que em sua totalidade por plástico e metal, são recicláveis.

3.3. Sendo assim, após tornarem-se inúteis para o uso a que se destinam, os filtros de linha são descartados para reciclagem. Especificamente no caso da ALF/VCP, a Concessionária disponibiliza pontos de coleta para destinação adequada de resíduos sólidos, em razão de previsão neste sentido no Termo de Cessão de Área.

3.4. Com relação à especificação do produto objeto desta compra, esta encontra-se no item 1 deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA COMPRA

Garantia da contratação

4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de compra imediata de reduzido valor econômico.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados da data da Ordem de Fornecimento, em remessa única.

5.2. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente que acompanhará os bens deverá ser emitido em nome da unidade gestora (UASG 170533): **ALFÂNDEGA DA RFB EM SÃO PAULO, CNPJ nº 00.394.460 /0527-02.**

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

ALFÂNDEGA DA RFB NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS

RODOVIA SANTOS DUMONT (SP075), KM 66 - PARQUE VIRACOPOS - CAMPINAS/SP - CEP: 13052-900

PRÉDIO ADMINISTRATIVO - LADO RECEITA - SAPOL

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DA COMPRA

6.1. As comunicações entre a Administração e o fornecedor devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, utilizando-se preferencialmente a mensagem eletrônica para esse fim, por meio de seu encaminhamento a e-mail indicado pelo fornecedor.

6.2. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.3. A execução da compra deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s), para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.4. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fornecedor será notificado para que efetue a correção, em prazo determinado.

6.5. Caso ocorra descumprimento das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, o(s) servidor(es) designado(s) atuará(ão) tempestivamente na solução do problema, reportando à autoridade competente para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as aquisições decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências previstas no Termo de Referência.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo fornecedor, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da contratação.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, inc. I e §§2º e 3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados da Nota de Empenho e do órgão;

7.10.4. o valor a pagar; e

7.10.5. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o fornecedor providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Administração;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Prazo de pagamento

7.16. O pagamento será efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 7º, inc. II da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Reajuste do preço

7.17. O preço total ofertado é válido, fixo e irrevogável.

Forma de pagamento

7.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo fornecedor.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.21. O fornecedor regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante observar os requisitos constantes no Anexo I do Aviso de Contratação Direta (Documentação Exigida para a Habilitação).

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.934,13

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA AQUISIÇÃO

9.1. O valor acima corresponde à estimativa preliminar.

9.2. O custo estimado da aquisição será obtido por meio de pesquisa de preços realizada juntamente com a seleção da proposta mais vantajosa, conforme art. 7º, §§ 4º e 5.º da IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, e corresponderá ao menor valor total ofertado em proposta válida apresentada por fornecedor habilitado.

9.3. Por se tratar de dispensa de licitação fundamentada no art. 75, inc. II, da Lei nº 14.133/2021, é vedada a aquisição que envolva valor igual ou superior a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos), valor esse estabelecido pelo Decreto Federal nº 11.317/2022, que atualiza o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) previsto no art. 75, inc. II, da Lei nº 14.133/2021, para o exercício financeiro de 2023

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A despesa da presente contratação será suportada pela Unidade Orçamentária 25103 - Gestão 00001 - Tesouro Nacional, Natureza da Despesa 339030-26 - Material de Consumo Elétrico e Eletrônico, ficando a emissão de empenho e posterior pagamento às expensas da Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RODRIGO VESULE FERNANDES

Chefe da SAPOL/ALF/VCP



Assinou eletronicamente em 13/09/2023 às 11:47:18.